

ENTREVISTA



**Edson Benedito Rondon Filho - Coronel RR PMMT
Doutor em Sociologia (PPGS-UFRG)**

Entrevistado por Gabriel Rodrigues Leal – Tenente Coronel PMMT

RESUMO BIOGRÁFICO

Pós-Doutorado junto ao Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (IBILCE/UNESP), na modalidade III (PD-III) (2020). Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, na linha de Violência, Criminalização, Cidadania e Direito com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales (CESDIP) / França (2013). Mestre em Educação (IE/ UFMT - 2008). Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela FAECC - UFMT (2008). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela FAECC- UFMT (2003). Bacharel em Ciências Sociais (UFMT - 2010). Bacharel em Direito pela UFMT (2001). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (1994). Docente do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP). Docente colaborador do Mestrado em Sociologia do PPGS/ UFMT. Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC) da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Núcleo

Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCI) da UFMT. Sócio Fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP). Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

RHM: *Muito Bom Dia! Boa Tarde! Boa Noite, Comandante! É uma satisfação tê-lo aqui conosco! Eu quero passar a palavra para as suas considerações iniciais, por assim dizer, antes de eu me dirigir aos questionamentos! Como vai o Senhor?*

R: Bom, eu, primeiramente, quero agradecer a oportunidade ao Centro de Desenvolvimento e Pesquisa, representado na pessoa do Tenente-Coronel Gabriel Rodrigues Leal, a quem eu conheço de longa data e tive a oportunidade de trabalhar, especificamente, na Academia de Polícia Militar e acompanhar um pouco de sua obra. Também agradeço à pessoa do Diretor de Ensino da Polícia Militar e ao Comandante Geral da PMMT, Coronel Jonildo José de Assis, que é meu contemporâneo do tempo em que trabalhei na Região de Fronteira. Deixo minhas saudações a todas e todos Policiais Militares que, eventualmente, estejam assistindo a esta *live!* [...] E me coloco à disposição com ótimas expectativas. Considero que vai ser um bate-papo, até porque lembraremos algo que já está há uma década, uma década e meia, longe da atualidade, mas é sempre interessante a gente lembrar a trajetória acadêmica, principalmente [...].

RHM:? *Coronel, nós lemos aqui, a partir do seu currículo lattes, que eu acabei de fazer referência, a Vossa filiação a, no mínimo, três grupos de pesquisas em, ao menos, três universidades distintas: um no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso, dois. Além do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, Docência na Graduação no interior do Estado, a docência no Programa de Pós-Graduação UFMT, aqui na capital do Estado. Enfim, nós temos uma carreira de pesquisador consolidada! A carreira de alguém que é um pesquisador atuante, com artigos publicados, com obras publicadas. Mas, a gente está vendo o fim de um processo! E, para que todos tenham a clareza de como a gente constrói uma carreira em pesquisa na área de Segurança Pública, eu quero retroagir a como surgiu seu interesse pelo campo da pesquisa?*

Como a sua carreira, ao longo dos últimos anos, foi se direcionando para pesquisa e porquê disso? E, eu queria que, nessa sua reconstrução, Coronel, o Senhor pudesse nos dar a dimensão de uma questão que surge sempre: a dicotomia entre o policial na ponta da linha, o mesmo policial que tá ali trabalhando na atividade-fim e a suposta, eu diria até pseudo dicotomia com o policial pesquisador que tá pensando, tá refletindo, problematizando a realidade. Então, uma espécie de 3 em um para o Senhor: Como surgiu o interesse? Como se deu esse processo? E, existe ou não uma dicotomia entre a pesquisa e a prática policial?

R: Vamos iniciar pelo princípio: como tudo isso aconteceu. Eu tive uma formação policial militar fora do meu Estado, foram três anos na Academia Conde dos Arcos da Polícia Militar do Estado de Goiás. E, quando cheguei aqui no Mato Grosso eu me deparei com uma realidade que era totalmente diversa daquilo que eu tinha aprendido e vivenciado nos bancos acadêmicos. Uma realidade nua e crua que chocava. Quando você tem uma formação de excelência e de base numa academia que, de certa forma, tem um reconhecimento e destaque em nível nacional, pelo menos naquela instância, naquele momento, você vê a questão organizacional funcionando como deveria ser na prática. Quando retorno para o Estado de Mato Grosso, eu me deparo com uma realidade que poderia até chamar um tanto quanto às avessas: é muita questão de improviso, você não tinha doutrina, havia ainda algumas experiências embrionárias em tentar sistematizar o conhecimento policial, padronizar, não tinha uma padronização. Nós tínhamos uma formação que eu posso dizer muito heterogênea. Tinha-se oficiais formados na academia, por exemplo, de Paudalho em Pernambuco, nas Academias da Bahia, Minas Gerais, Barro Branco - São Paulo, Guatupê - Paraná, Santa Catarina, Brigada Militar - Rio Grande do Sul, Brasília - PMDF, Goiás. Então, você tinha, até me perdoem, a questão da comparação, uma Torre de Babel em termos de doutrina, porque cada oficial formado em uma dessas academias trazia para si uma doutrina que era, poderia até ser coincidente com as demais, mas, via de regra e maioria das vezes, era distinta das outras coirmãs, pelas especificidades regionais, principalmente. E isso me incomodava muito. Eu ficava questionando. Inclusive, tinha alguns parceiros de estranhamento, no que se refere à nossa atividade, pessoas que foram dialogando e me fizeram, inclusive, ter esse pendor para a questão da pesquisa, como foi o caso do

Tenente-Coronel Cidnei Manoel de Arruda, que era meu companheiro e amigo da Corregedoria, também os Coronéis Maurozan Cardoso Silva, Rachid Mohamed e o Coronel Rhaygino Sarly Setúbal. Eram oficiais que dialogávamos, questionando sobre alguns pontos de diferença, inclusive, de realidades e, até por assim dizer, um choque de realidade que a gente teve quando retornou para cá. Eu passei um tempo considerável em região de fronteira, parte do oficialato, de Tenente até sair Capitão, e este tempo foi todo no operacional. Então, tive também a oportunidade de conhecer o lado mais frágil da instituição, como a falta de equipamento, a falta de base para você exercer uma ação, uma operação. Para você ter ideia, nós chegamos a fazer a desintrusão da reserva indígena do Sararé, na região de Pontes e Lacerda. É! A gente ficava semanas na selva mesmo, na Selva Amazônica. Isso me rendeu pneumonias e outras doenças tropicais. São sequelas que a gente carrega por conta desse estágio, desse período que a gente teve que passar, de um tempo, de uma polícia que não tinha estrutura: íamos para fronteira, não tinha asfalto. Hoje, você tem uma rodovia asfaltada lá de Cáceres a San Matías, aquilo ali não era asfaltado, a gente ia com uma Toyota Bandeirantes, que era o famoso “jeguinho”. Demorava, às vezes, um dia para percorrer 80 km. A mesma situação se repetia de Pontes Lacerda à Vila Bela. Então, era uma realidade muito rústica. Você tinha aquele trabalho da rusticidade, que é inerente à atividade militar, muito latente. E isso despertava alguns questionamentos até mesmo da forma de agir, ações que aconteciam. Eu ficava me interrogando o tempo todo.

Quando eu retornei para Cuiabá e fui servir na Corregedoria, pois tinha um pendor para o lado jurídico, deparei-me com questões em que era necessário elaborar pareceres e tudo mais. O que, de uma certa forma não é uma pesquisa essencialmente científica, na essência da palavra, mas você faz um trabalho acadêmico de pesquisa e leitura o dia todo, resultando em pareceres e outros documentos. E isso foi despertando o lado científico. Quando eu fui para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), de fato, tive a certeza que eu tinha que pesquisar, tinha que escrever, até pela interlocução com algumas pessoas que são referências. Tenho como base, na questão de pesquisa no Mato Grosso, até mesmo numa perspectiva muito crítica, a pessoa do Professor Doutor Naldson Ramos da

Costa e do Coronel Almir Balieiro, que já era uma inspiração na Polícia Militar, talvez o primeiro Oficial que tenha dado o pontapé de buscar um mestrado acadêmico. Então, aquelas pessoas me inspiraram. Eu falei assim: “Bom, além de pesquisar, vou de fato me especializar numa área que tem como base de formação a pesquisa!”. Fiz o vestibular e fui cursar Ciências Sociais, que tem a base as três ciências: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. E o curso tem, basicamente, dois anos, dois anos e meio, só metodologia científica, de um total de quatro anos e meio de bacharelado, ou seja, quase metade do curso é só metodologia científica. Então, não tem como você concluir uma formação nessa área sem ter um pendor para a questão da pesquisa, até porque eu não quis fazer a licenciatura, só fiz o bacharelado por que tem como pressuposto essencial a pesquisa: ali foi um marco de meu pendor para a pesquisa. Voltando lá atrás, as inquietações que me acompanhavam eram, com destaque, a questão dos relacionamentos interna *corporis*, principalmente entre superiores e subordinados, algumas questões de ordem burocrática e supressão de direitos. E eu ficava me questionando: o porquê dessa forma, se há mais de década eu tinha aprendido, nos bancos escolares da academia, que não deveria ser desse jeito? E por que acontecia isso no Mato Grosso? Isso me despertou o pendor pela compreensão desse quadro. A partir de então, comecei, de fato, produzir pesquisas, concomitantemente, com a atividade jurídica. Como atividade jurídica que eu digo é o que eu desenvolvia na Polícia, que era Corregedoria especificamente e depois a assessoria jurídica.

Eu te falo que a questão da dicotomia operacional/ pesquisador, como você mesmo falou, é uma pseudo dicotomia, até porque eu nunca deixei de realizar as minhas atividades que a polícia me dava como incumbência. Eu realizava e realizava com excelência todas as vezes. E eu via, inclusive, como era, por assim dizer, um fazedor de procedimentos, cumpria os prazos bem antes daquilo que a lei determinava e, como resultado, sempre estava sobrecarregado com um monte de procedimentos, ao arrepio de alguns que, às vezes, não cumpriam os prazos e ficavam postergando a conclusão. Então, além das minhas atribuições da função, enquanto fazia 4,5,6 inquéritos, o que podia chegar a uma dúzia de procedimentos... porque, além de encarregado, eu era escrivão de alguns oficiais, que já sabendo da questão da inclinação e da capacidade, sempre que recebiam as portarias me designavam como

escrivão. E eu cumpri o papel. Nunca corri das funções da instituição e fazia paralelamente a atividade de pesquisa.

O que acontece na Polícia Militar é um fenômeno que acontece às avessas na academia, na universidade. Então, o policial que se propõe a ser pesquisador passa a ser mal visto. E não sei se hoje se alterou. Mas, você ouvia aquela questão dos comentários: “O que ele quer saber? O que ele quer estudar? Ou é polícia ou é aquilo ali!” Como se você não pudesse conciliar as duas atividades. O policial pesquisador passa a ser mal visto na polícia. Muitas vezes, ele não é reconhecido como um policial na essência da palavra, passa a ser visto como um pesquisador. E, às avessas, acontece o mesmo fenômeno nas Universidades, que não vê o policial pesquisador como pesquisador, o vê como policial. E aí, quem trilha esse caminho nas instituições, nas corporações militares e universidades... Se eu buscar o “Inferno de Dante”, ele está no umbral, perdido num limbo. Ele não está nem cá, na corporação, que muitas vezes o repudia, e nem lá. E você vê e comprova essa assertiva, inclusive, pelos comentários pejorativos em grupos de *WhatsApp*. A gente não entra na pilha, porque senão você vai “pirar”, mas, você tem a certeza que acaba não sendo aceito. A Corporação até reconhece o trabalho, às vezes rende o mérito, convoca para auxiliar nas formações, auxiliar naquilo que é necessário. Mas, o reconhecimento em si é sempre com uma ressalva e um passo atrás. Na essência falta algo, como se aquele policial que pesquisa e que exerce atividade não pudesse assim o fazer. E, muitas vezes, em detrimento de uma política, por exemplo, de carreira que privilegie o operacional como se esse policial pesquisador, agora, não tivesse sido e não dê conta desse operacional e não pudesse ter o mérito daquele que está, essencialmente ali. É como se o que fosse produzido também não tivesse valia e serventia do ponto de vista estratégico institucional. Eu penso que isso é um equívoco. Não sei se isso se reproduz em outras instituições e outras corporações coirmãs. É uma questão da minha vivência. Isso eu vivi, senti, recebi as críticas, as pessoas falando... E, você tem que trabalhar com esse tipo de frustração. Essa frustração, talvez, seja o ponto de equilíbrio para você ter o controle e sempre projetar para frente, entender que isso faz parte do processo dessa instituição que é, de fato, castrense e tem esses problemas com quem vai para a linha de pesquisa. Quem produz pesquisa não é reconhecido

como um policial militar na sua essência. E, por outro lado, na universidade tem o mesmo comportamento, ele não é visto como pesquisador, ele é visto como um policial e, às vezes, até um intruso, refletido, comumente, nos comentários ditos, não diretamente, não no face a face, mas indiretamente, quando, por exemplo, se analisa as publicações nas redes sociais, como o *Facebook*, onde se expressam opiniões sobre o que se pensa a respeito é daquela forma. Pode-se até falar que não é assim, tentar amenizar, colocar panos quentes, mas é assim que eu vejo.

Então, para quem decide trilhar o caminho de pesquisa, é uma luta por reconhecimento cotidiana, todos os dias a pessoa tem que matar um leão. Tem que demonstrar nos dois Campos, no Universitário e no organizacional, que dá conta dos dois e que esses campos se complementam e não se anulam. E eu vejo dessa forma porque a Polícia do Estado de Mato Grosso só teve um avanço, no que tange às questões ligadas à estrutura organizacional, por decorrência de trabalhos acadêmicos ou pautados em conhecimentos científicos e adquiridos em universidades. A exemplo da reestruturação idealizada e materializada pelos Coronéis Jorge Roberto Ferreira da Cruz, Wilkerson Felizardo Sandes e Marcos Roberto Gonçalves que foram visionários em pensar e justificar cientificamente, com base na Administração, uma proposta de alteração na estrutura organizacional. E isso veio acontecendo ao longo do tempo. Muitos outros foram produziram, como o Coronel Cleucimar dos Santos Rabelo, na parte de gestão estratégica, que teve o seu apoio (TC Leal), montou a planilha/matriz GOT, a exemplo do que fez a Polícia Militar de Santa Catarina. São exemplos mínimos que eu estou dizendo aqui de pesquisas científicas que se traduziram em resultados efetivos, pragmáticos para Polícia Militar do Mato Grosso e que, muitas vezes, não é reconhecido. Então, tem esse problema e quem está na área de pesquisa tem que ter essa consciência e saber lidar com essa frustração que a gente menciona. Até porque você não vai agradar todo mundo. Você perde de um lado e ganha por outro. Da minha parte, especificamente, muitos achavam que eu sairia para fazer o doutorado e..., ouvi de superiores que não iria retornar para Corporação. Eu sempre falei: "Mas gente! Eu ainda não estou maluco, doente mental de abandonar a Corporação!" Eu já tinha 20 anos de caserna quando eu fui fazer o doutorado. Se tivesse que abandonar, abandonaria na primeira metade da carreira e não na segunda metade. Então, são questões... E quem for para pesquisa, vai passar,

vai ter que saber lidar [...] sentir na carne e tudo mais e fazer o seu trabalho. A questão de luta por reconhecimento, nesse caso aí, ela vem naturalmente, se você quiser se ver reconhecido, institucionalmente falando, a recomendação que eu daria é: não vá para o campo da pesquisa. Você espera o reconhecimento interno, especificamente? Busque seguir, trilhar uma linha operacional e tudo mais. Só que tem que ter algo que, às vezes, suplanta isso, que é a questão do reconhecimento de uma forma geral e, muitas vezes, não é de maneira institucional, ela é comunitária, entendeu?! Então, o reconhecimento, às vezes vem da base, vem dos subordinados, dos alunos. Esse é um tipo de reconhecimento que, muitas vezes, supera essa questão de ascensão funcional. Então, são questões que você tem que mediar, porque a gente sabe que dentro desse caldeirão aí tem muitas questões, também, de ordem política. E que passa, inclusive, por posicionamentos críticos que vão questionar mitos organizacionais e a ciência tem o papel de desconstruir alguns desses mitos. E isso acaba, às vezes, incomodando e refletindo em outras questões. Mas aí é papo para uma outra oportunidade!

RHM: Coronel Rondon, a oportunidade que a gente teve agora na sua fala foi de ver um pesquisador, na essência da palavra e essencialmente policial militar, dando conta da sua trajetória e de como esta sua trajetória é a expressão de uma série de lutas e circunstâncias que precisam ser defendidas palmo a palmo, desde o espanto com a realidade em prejuízo do que se idealizava nos bancos escolares até o arregaçar as mangas e a ida para o banco acadêmico para poder fazer, na prática, aquilo que se pensava ser ideal através de pesquisa séria. Sua fala é de uma lucidez, Comandante, de uma profundidade que eu reputo necessária para quem quer trilhar, como o Senhor mesmo disse aí, o caminho da pesquisa. Entender essa dicotomia como um senso comum não esclarecido, mas que a gente precisa ter clareza dele para poder trilhar esse caminho com consciência das vicissitudes que a gente vai ter que enfrentar ao longo da jornada.

Eu quero ir para nossa segunda questão e já me referindo ao seu primeiro objeto de pesquisa no estudo de Mestrado: Lendo a obra que eu tenho, que é fruto da dissertação de Mestrado, nós vemos ali uma palavra que poucos sequer conseguem pronunciar, mas cuja inteligência abre portas, escancara janelas de compreensão da

vida policial, que é a fenomenologia. E o Senhor pesquisou fenomenologia e a Educação na Academia, na nossa Academia, Academia de Polícia Militar Costa Verde. Eu queria, se for possível... eu sei que é um trabalho de dois três anos... se o Senhor pudesse sintetizar para nós o que trabalhou no mestrado para aqueles que estão nos assistindo, para que eles possam observar o início da sua trajetória como pesquisador, ali no Mestrado. Como foi esse processo? E o que pesquisou? E a síntese dessa pesquisa?

R: É difícil você sintetizar algo que por si só já é demais complexo. Você mesmo tem um trabalho de mestrado que foi uma autoetnografia em que usou a fenomenologia. E, assim, é difícil sintetizar a sua obra e, também, a minha. Eu vou tentar, em poucas palavras, passar para quem está acompanhando este encontro, esta *live*, uma ideia do que foi esse trabalho. Então, os tempos que a gente enfrentou, naquela época, de resistência à questão de estudo e de pesquisa. Eu era assessor jurídico da PMMT e, até então, não tinha gozado acho que uma dezena de férias e licenças especiais porque era uma questão... a polícia não concedia. A questão de direitos constitucionais era complicada. E, na oportunidade, eu tive que travar uma luta também emblemática para que esses direitos fossem a mim concedidos, para que não alegassem que eu estivesse abandonando a carreira para me dedicar ao mestrado. Depois de muita luta, eu consegui, talvez na metade final do mestrado, na fase final, uns 6 a 7 meses, de afastamento para gozo de direitos constitucionais e consolidar a pesquisa. E a pesquisa foi pensada numa estratégia de maneira a obter informações que até então eram consideradas como “segredo de estado” e que hoje, posso afirmar, que aquilo ali é algo que deveria estar publicado no portal transparência para todo mundo ter acesso e conhecimento. Então, o que eu reputo de importante é que, se pegar a obra, você tem um raio-X das turmas que foram formadas até aquele momento. Você tem um corte por gênero, origem de estado, idade, se era civil, se era praça, as especificidades, quantos foram excluídos no estágio probatório, ao longo do curso, quantos entraram, quantos formaram. Tem uma parte descritiva que eu reputo como muito rica, porque, às vezes, muitos desconhecem o raio-X das primeiras turmas como a Pioneira e a Paiaguás, entre outras, mas estão todas nesse trabalho, pelo menos do ponto de vista de número absoluto dessas turmas. Mas era isso especificamente? Não. A minha compreensão era aquilo que a gente debate a

todo tempo em Programas de Pós-Graduação em Educação e que permeia a Filosofia da Educação: é se, de fato, há uma educação? Se há um ensino policial? Às vezes você tem só a canalização em um dos polos da relação, você tem o ensino, mas não tem o aprendizado. A questão dialógica da educação acaba não se consolidando por alguns problemas que eu, inclusive, identifiquei ao longo da pesquisa, bem simples. E, aqui, eu vou te dizer: têm algumas questões dentro da estrutura militar corporativa que são introjetadas automaticamente. Quase que faz parte da reação instintiva do policial, como é o caso da continência. A continência é uma forma de saudação e tem a questão toda do gesto e duração. E a sua execução é quase que automática no cotidiano, isso está ali, exercitado o tempo todo. Quando você leva isso para um conteúdo teórico, você vê que é mais complicado. Você questionar a questão de como funciona. Por exemplo, eu tive, na época, o acompanhamento de um recurso de um aluno que tinha errado essa questão da continência, exigida de maneira formal, mas ele sabia de vivência o que era a continência e sua execução. E eu questioneei justamente a aplicação desse tipo de questionamento que está numa outra dimensão, que, naquela de descrição, de escrever numa avaliação por escrito. Falei no colegiado: “Gente, esse tipo de prova/exame não pode ser feito aqui! Chama o aluno!” - “Mas o que você quer provar?” Insisto: “Chama o aluno!” Quando o aluno chegou à porta da sala onde se discutia o recurso, ele tomou posição de sentido, prestou continência, falou o nome, pediu permissão para adentrar no recinto. Chegou lá, pediu permissão para se expressar da forma como o regulamento manda. Eu falei: “Vocês têm dúvida que ele não sabe o que seja o conteúdo questionado?” Então, as formas de avaliação que existiam..., as relações..., mais aquilo que se conhece como ensino informal, o que acontece fora do currículo. [...] Você é doutor em currículo, sabe muito bem que alguns até falam que é o currículo oculto. Tem essa parte informal, você tem as lideranças informais que transitam ali, orbitam na questão da formação, não só de Oficiais, como também de Praças. E isso me interessava muito e o que isso tinha de impacto, de fato, nesse processo de formação, muitas vezes canalizado como de importância. Eu sei que, às vezes, é pela questão da chancela militar. Sei, que isso é muito importante para questão da formação da hierarquia, da disciplina, da vocação, da integridade, da coragem, aquela questão de que se cobra do militar o todo tempo.

Mas, o que eu me questionava é: até que ponto isso de fato vai intervir? Até porque você tinha, naquela época, excelentes militares, do ponto de vista estético e até de reprodução da questão das formalidades e da ritualística que se envolveram em crimes absurdos. Você tem envolvimento em assassinato, tinha sargentos, cabos, soldados, todos excelentes militares. Você pegava a ficha deles não tinha nenhuma punição, era só elogios, medalhas e tudo mais. E quando aquela organização criminosa foi desmantelada, isso me levantou também um questionamento: “Até que ponto você tem conflito nessa questão de formação, se a academia, de fato, forma ou não? Se isso é algo que já vem anterior ao ingresso na polícia? Então, eram assuntos que me chamavam atenção, sempre levantava esse questionamento. Até porque isso era um fato concreto. Eu passei pela Corregedoria e estava na Assessoria Jurídica acompanhando essas investigações e tinha gente da baixa graduação até a mais alta patente envolvida. Então, eu me questionava: “Até que ponto esse discurso, essa chancela do militar, enquadrado, disciplinado... casava com a vida paralela que essas pessoas tinham junto com a questão do quartel?” Especificamente, você via claramente ali a pessoa que parece que era duas. Ela era uma no quartel: chegava no horário, cumpria com todas as suas missões. Excelente militar. Estava ali, farda brilhando, com vinco, coturno engraxado, barba feita. Mas, paralelamente, estava praticando crime de encomenda, estava tentando matar juiz, matar promotor, matar dono de veículo de comunicação, entre outras coisas mais absurdas envolvidas. Então, aquilo ali chamava minha atenção. Até que ponto essa formação, de fato, forja o caráter? E isso me levou, justamente, a pesquisar a questão da formação para ver, justamente, os descompassos, naquele momento.

Eu usei como brecha para pesquisa a questão do ensino jurídico: havia um discurso de que havia demasia de ensino jurídico na formação e que isso era um absurdo que deveria ser mudado. E, na realidade, a minha pesquisa prova que não, o percentual de ensino jurídico naquela época era 17%. Então, você tinha ali ferramentas e indícios suficientes para afirmar que o que se valorizava, muitas vezes, em razão dessa realidade que eu presenciava na Corregedoria, acabava, eu diria, que não é de menos importância, eu sei que a estética, a questão da correção de atitudes, a questão do coturno engraxado, da barba bem feita, o cabelo cortado e aparado quase na máquina zero é importante até para você afirmar a questão da identidade. Mas, será que é só

isso mesmo que importa? E a questão da dimensão ética, como que ela funciona nessa formação? Foi, basicamente, nessa linha que eu fiz entrevistas densas com alunos e com pessoas que já tinham saído da academia de polícia militar.

Agradeço imensamente, até hoje, o apoio que eu tive, incomensurável da pessoa da professora Lucia Regina. Ela me forneceu todos os dados que a divisão de ensino da academia tinha. Sou imensamente agradecido a ela, que teve uma visão futurística. Ela apoiou os oficiais que fizeram pesquisa na academia. Ela deu todo apoio. (...) Infelizmente, a professora Lucia acabou não tendo muito tempo de vida depois desse diálogo, ela foi ceifada prematuramente. Eu rendo as minhas homenagens à saudosa professora Lúcia, a quem eu devo esse apoio no meu mestrado.

Então, no mestrado foi, basicamente, isso que o recurso fenomenológico buscou. E desse objetivo veio aquela complicação, né Leal?! Na época, o Professor Antônio Joaquim Severino, um ícone da metodologia, conversando comigo, quando visitou a UFMT, falou assim: “- Edson, a fenomenologia ainda tem dificuldades em se operacionalizar enquanto metodologia de pesquisa. Você tem um ou outro que escreve sobre a operacionalização da fenomenologia, entre esses o Alfred Schutz que é da sociologia fenomenológica. Mas, eu recomendo você adotar o método dialético com orientação fenomenológica.” Então, a metodologia adotada, na época na dissertação, foi o método dialético com orientação fenomenológica. Até porque você tem uma questão de dificuldade na descrição da fenomenologia, se aquilo que está descrevendo, de fato, é aquilo que o sujeito de pesquisa sentiu, do ponto de vista de percepção. Por que a fenomenologia que foi usada como referência não foi qualquer fenomenologia, era a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty. Então, se dava muita ênfase aos sentidos. E, aquela questão da variação imaginativa e como se apropriar, justamente, desse sentido que não era meu, foi traduzido como de segunda ordem. Então, há críticas a respeito de trabalhos que vão nessa linha. O que eu busquei fazer foi demonstrar dentro da dialética, da contradição, da oposição que foi observada na questão, muitas vezes, tratada de maneira pessoal por aquele que foi entrevistado em razão de toda uma estrutura que está posta e que já vem de longa data, mesmo sendo a nossa academia recente. Ela é recente. Tinha uma outra crítica que eu levantava: nossa corporação só vai ter mesmo aquela questão da

padronização quando as turmas formadas no Mato Grosso começarem a subir de fato. Até porque, comandantes cujas formações foram em academias diversas do Brasil contribuem para o problema da padronização. Então, você tinha que padronizar, mas como fazer? A nossa polícia teve esse problema por muito tempo: cada oficial era uma ilha de excelência, cada qual tinha uma concepção de que a polícia tinha que ser da forma como ele foi formado. Isso foi observado ao longo nossa trajetória. Aqui abro um outro parêntesis para render as homenagens aos responsáveis pelo POP - Procedimento Operacional Padrão cuja iniciativa foi aprovada pelo Coronel Campos Filho que autorizou a ida dos Coronéis Ribeiro e Wilker para adoção dessa expertise desenvolvida na Polícia Militar de Goiás. Ali se tem um marco, de fato, na padronização das ações policiais. Lembrando que já tivemos uma experiência embrionária com o Coronel Walter de Fátima, lá nos anos 90, quando este fazia um trabalho de formiguinha reproduzindo manuais da PM de São Paulo, distribuindo fitas de vídeo cassete para termos acesso às instruções... Falo do Grupo de Instrução Volante que percorria todo o estado com videocassete e fitas para ministrar instrução aos policiais militares das unidades, nos pelotões [...]. Nós temos também que ressaltar que essa padronização teve um outro baluarte, o Coronel Leonício dos Reis, quando ele assumiu a PM-1 ao regulamentar a parte jurídica, principalmente no que se refere ao contraditório e ampla defesa nos procedimentos administrativos. Isso aconteceu logo após a Constituição de 1988, no início dos anos 90. Então, essas pessoas construíram e deram o pontapé nessa padronização. Mas, a parte operacional só foi mesmo tutelada, de fato como padronização, com o POP. E virou uma política de estado, por assim dizer. O POP da Polícia Militar de Mato Grosso acabou sendo exportado para as outras coirmãs aqui do estado como é o caso da própria Polícia Penitenciária [...]. Essas questões de padronização me inquietavam muito antes do POP, e isso apareceu na dissertação. Então, tinha-se ênfase numa questão que visava mais a estética do que mesmo o pragmatismo policial que foi consolidado depois.

O Major João Batista da PM do Rio Grande do Norte, na obra dele, fala da profissionalização, esse é um processo que se a gente for trazer para nossa realidade foi muito claro ao longo da nossa trajetória histórica da Corporação. E, cada vez mais,

uma profissionalização com ênfase no profissionalismo para consolidação da profissão policial militar.

E outra pessoa que eu rendo minhas homenagens é o Coronel Léo Gonzaga de Medeiros, pois quando ele era Chefe de Estado-Maior, Comandante Geral Adjunto, [...] promulgou uma série de procedimentos para desocupação, reintegração de posse e tudo mais... Então, são pessoas que, de fato, deram o pontapé para que isso fizesse a polícia acontecer e chegasse no estágio que se encontra hoje. Então, nós temos alguns atores ao longo da trajetória da Polícia Militar que, mesmo sem se darem conta disso, contribuíram, inclusive, para que pudéssemos mapear esse estado da arte do conhecimento policial militar na Polícia Militar de Mato Grosso.

Ao longo de todo o processo, nós temos uma outra figura também bem peculiar que, às vezes, as pessoas esquecem, mas que deve ser enaltecida a todo tempo, o professor Orivaldo Bergas. Por que o professor Bergas? Porque foi o Bergas que deu a ideia e montou a Revista Homens do Mato, entendeu? São personalidades que muitas vezes são esquecidas, mas quem pesquisa, quem estuda, num exercício historiográfico, tem o dever de lembrar à geração atual que isso não nasceu do nada. Nós tivemos vários atores, vários heróis que muitas vezes lutaram contra o sistema para que essas alterações acontecessem. Então, temos que relembrar alguns pontos: o Bergas foi um desses, pois ajudou a consolidar a Revista Homens do Mato. Eu me lembro dele correndo aqui... correndo ali... Perguntou-me se ia querer compor o conselho editorial, me convidou. [...] Eu estou tentando ligar ações e pessoas na área de conhecimento da polícia. E uma outra pessoa fundamental foi o Coronel Pedro Sidney Figueiredo, que criou o Museu da Polícia Militar, era conhecido como o nosso museólogo. Ele criou o museu para resguardar, justamente, a memória. E a ciência caminha par e passo com a memória. Aliás, ela é decorrente dessa memória. Senão do conhecimento científico, da própria história. E essas pessoas ainda estão aí, vivas, transitando entre a gente e, muitas vezes, esquecidas. Temos esse dever de lembrar esses ícones da área da pesquisa, da ciência, que são muitas vezes relegados a um plano secundário. Essas pessoas tiveram papel fundamental e eu considero como parte da minha trajetória porque foi a partir do que essas pessoas produziram que acabou-se produzindo conhecimento científico, chegando no que é, numa estrutura

de Academia de Polícia Militar que você concebe uma estrutura com Seção de Registro Acadêmico, a Comissão Própria de Avaliação, o Núcleo Docente Estruturante. Toda essa mudança foi ancorada em conhecimento científico, como foi o caso do Coronel Wilkerson Felizardo Sandes trabalhando clima organizacional. Olha que bacana! Eu estou falando de um percurso temporal de 20, 30 anos atrás. São os precursores. Tanto é que, depois, o Coronel Wilquerson foi convocado para trabalhar na Senasp. Na mesma época, também, o Coronel Marcos Roberto Gonçalves estava trabalhando clima organizacional. O Coronel Almir Balieiro com a área de educação. Esse pessoal puxou a gente. E hoje vemos uma geração seguindo... Então, a dissertação... não tem como eu comentar a respeito dela sem trazer esse contexto daquela realidade para nossa atualidade. E dizer que o caminho foi bem penoso para a Polícia Militar hoje ter uma padronização operacional, para ter uma questão também de reconhecimento no plano jurídico, de carreira e até mesmo salarial, basta você comparar com outras coirmãs, em outras unidades federativas. Foi muita luta e você tem que ressaltar os protagonistas dessa trajetória. É assim que eu penso!

RHM: Perfeito, Coronel! Enquanto o Senhor falava, eu via a história da PM, em sede de conhecimento, padronização, sendo passada como um filme na minha frente! Sobretudo, através desses personagens que foram absolutamente fundamentais para que a gente tivesse um contexto, um ponto de lançamento para pesquisar: Coronel Sidney, Coronel Wilkerson, Professora Lucia, Professor Bergas, Coronel Almir Balieiro! Enfim, figuras sem as quais a gente não pode pensar o ensino na Polícia Militar e mais, pensar pesquisa da Polícia Militar!

Eu queria fazer umas referências a quem nos acompanhada pelo chat: Tenente-Coronel Emirela passou aqui e falou: "Que história incrível! Eu faço dessas palavras as minhas porque é incrível!"

E, a gente tem a necessidade, sempre, de fazer o uso da memória em função de ver o melhor presente. Não achar que a história começa conosco, tão pouco que a gente tá inventando a roda, porque tudo tem um princípio, tudo tem uma pré-condição que está estabelecida a partir de muito esforço que a gente precisa cavar, para poder não retrabalhar, não repensar coisas que já foram amplamente refletidas. Então, eu acho

que essa construção cronológica que o Senhor fez, foi extremamente oportuna. E passou também pela cabeça a ideia de estar transcrevendo essas conversas e, no fim do processo, a gente estar publicando isso a modo de registro histórico. Porque a gente vive num tempo em que a internet assimila conteúdo e se desfaz na mesma proporção. E a gente precisa fazer marcações pontuais, registrar isso e eventualmente mais à frente publicar!

Mas, eu quero dar sequência, Comandante, na nossa entrevista: Eu queria que o Senhor falasse, agora, da experiência do Rio Grande do Sul, o Senhor termina o mestrado aqui e vai pesquisar no Rio Grande do Sul! Porque desse programa e o quê o senhor foi pesquisar no Estado do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul?

R: Antes de iniciar, quero agradecer as palavras da Emirela! E a questão do feminino na polícia? Aí você tem também os ícones: Coronel Lilian, Coronel Zózima, eu não sei se é Major ou Tenente-Coronel ou Capitão Valdete que foram as precursoras do efetivo feminino junto com outras. [...] Essas mulheres foram as percussoras e temos que render as homenagens a elas, pois, lutaram por reconhecimento dentro de um espaço masculino. Passaram de maneira similar por um processo que passamos enquanto pesquisadores [...].

Com relação à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a UFRGS: a minha escolha pelo doutorado no Rio Grande do Sul se deu pelo PPGS dessa universidade porque, à época, nós tínhamos alguns centros de excelências que pesquisavam polícia e a questão da violência e cidadania. Como destaque, eu vou falar, aqui de cabeça, e não quero desmerecer as demais, que porventura eu esqueça, mas me lembro que, pelos debates no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, tínhamos como destaque o Professor César Barreira, no Ceará, o Michel Misse, no Rio, juntamente com a Jaqueline Muniz. Tínhamos o Artur Trindade, na UnB, o pessoal do NEV, da USP, que era um centro de excelência. E o meu orientador José Vicente Tavares dos Santos com o GPVC, no Rio Grande do Sul.

RHM: O Senhor fez aí uma descrição das escolas de Sociologia da Violência. E quem nos assiste deve ter compreensão de que tem uma bibliografia própria, uma

linguagem própria. O que o Senhor fez aí foi uma descrição panorâmica, geográfica, da Sociologia da Violência com recorte para a Polícia!

R: E, por conta disso, eu pensei: "Bom, vamos onde eu possa ter, talvez, uma chance!" Isso é algo que, às vezes, a gente não faz, né? Aquela questão do acolhimento melhor e isso tem que ser muito próximo. E eu tive isso no Rio Grande do Sul com meu orientador, até por ele já ter orientado o Professor Naldson. E quando eu fui fazer o teste era uma banca, eu me lembro como se fosse hoje, a professora Clarissa Eckertr Baeta Neves [...]. Acho que o professor José Carlos Gomes dos Anjos, que é uma pessoa inteligentíssima e está na Universidade Federal do Rio Grande do Sul até hoje. E o terceiro não me recordo. Nesse processo seletivo tinha uma prova teórica, era bem pesada, prova que tem que estudar muito. Tinha uma prova de inglês, uma prova de francês, que era também de conhecimentos teóricos. E tinha análise de projeto e, depois, a entrevista. Então, eu sabia que era um certame difícil, mas, dentro daquela análise, era o que eu tinha mais chances, pela questão, pelo menos, das regras de editais, da ausência de subjetividade da avaliação. Alguns dos outros programas se definiam os aprovados pela entrevista. Só projeto e entrevista. E o da UFRGS você tinha avaliação escrita, de caneta. Então, ali, você tinha um corte, isso facilitava. Fiz essa análise e pensei: "Bom, o que está mais favorável é o Rio Grande do Sul e tem esse contato anterior do professor Naldson, que foi orientado pelo Professor José Vicente Tavares!"

Assim, eu me mandei para Rio Grande do Sul. Chegando lá, eu tive acolhimento esperado como mencionei. Todo o apoio também da própria Universidade, no que se refere ao aspecto estudantil. E tive a felicidade também de o Coronel Sérgio Abreu ser o Comandante Geral da Brigada Militar. O Coronel Sérgio Abreu me abriu as portas do Centro de Pesquisa da Brigada Militar. E lá no centro de pesquisa, eu conheci as excelências no trato pessoal e também de conhecimento aplicado em pesquisa policial. Ali, eu tive contato com os Tenentes-coronéis Torres e Martin Cabeleira, também, com a Major Marlene Spaniol, com o capitão, na época, acho que hoje Coronel Everton Dias e entre outros mais que agora não me vêm à memória, mas, que foram fundamentais para o desenvolvimento de minha tese. Esses oficiais brigadianos que me acolheram com toda amizade e em nenhum momento eu me senti fora do então Mato Grosso. Aliás, o Rio Grande do Sul tem uma ligação

umbilical com o Mato Grosso. Nós temos uma questão da colonização Gaúcha no Norte Estado, isso facilita muito, inclusive, a tese do meu orientador, cujo título é: Matuchos, advém de uma ideia de fusão entre mato-grossenses e gaúchos. Ele pesquisou o norte do estado de Mato Grosso, a colonização gaúcha. Então, a proximidade dele com o estado também facilitou esse contato de orientação. Agora, a escolha do que trabalhar foi um processo de maturação. Eu passei com outro projeto, o projeto principal vinha com uma base em Norbert Elias, trabalhando a polícia na questão da Sociogênese, Filogênese e na perspectiva de controle mesmo e em um eventual embate discursivo entre a organização militar, militarizada ou civil. Ao longo das aulas, eu fui amadurecendo. Havia acontecido a Conferência Nacional de Segurança Pública, em 2009, e, ali, eu vi um clamor muito grande sobre a questão de direitos, ligadas ao plano de reconhecimento interno. E pensei: "Olha, o que está na pauta agora é a questão do reconhecimento, mas não só a questão do reconhecimento, a questão da socialização policial!" E olha que interessante: a Universidade de Montreal, no Canadá, tem uma revista que se chama de *Deviance et Societé* (Desvio e Sociedade), é uma revista reconhecida no mundo todo, uma das melhores que tem sobre as temáticas da pesquisa. A dica do meu orientador estava tão certa que, em 2013, eu com a pesquisa em andamento, essa revista publicou o número exclusivo sobre socialização policial. Era pauta mundial, desconhecida no Brasil. Às vezes, até ignorada, menosprezada. Mas, era a pauta mundial e de um centro de excelência, justamente, a socialização policial.

Assim, eu fui pesquisar socialização policial focando numa questão da luta por reconhecimento, que gera uma tensão entre a questão do reconhecimento em si e os atos de desrespeito que acontecem. E fui ver como isso funciona comparativamente na Brigada Militar, no Mato Grosso e na PM do Rio de Janeiro. Tive apoio do comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro que me abriu as portas, passei uma temporada no Rio para conhecer as unidades de polícia pacificadora, escapei de um atentado contra viatura lá, por pouco porque me convidaram para ir na inauguração da UPP do Cruzeiro e me veio um pressentimento: "Não gente! Hoje eu não vou pra lá não! Vou ficar aqui no quartel general da polícia por que eu tenho que conversar com o PM3 pra ajustar algumas questões." E a viatura que foi lá para essa UPP do

Cruzeiro acabou sendo metralhada no caminho. Se eu tivesse ido, talvez, tivesse ali no meio daquilo. Então, são umas questões de campo e também ligadas à atividade policial que às vezes você pode enfrentar. A gente acha que, por pesquisar, você está isento da violência, você ganha o passaporte de imunidade. Não funciona dessa forma. A realidade é nua e crua, ela não distingue se você é pesquisador ou não, policial dali ou morador da comunidade, você acaba tendo essa possibilidade de, inclusive, se envolver numa questão como essa que narrei, no campo de pesquisa. E eu, dentro dessa linha, fui coletar o material, coletei no Rio Grande do Sul, utilizando a estrutura do Centro de Pesquisa. Foi de onde veio a ideia: “A gente tem que implementar o Centro Pesquisa na PM do Mato Grosso!” O Centro de Pesquisa lá era todo estruturado.

RHM: A inspiração foi o Centro de Pesquisa na Brigada Militar, então?

R: Brigada Militar. Centro de Pesquisa, Sim! Eu, basicamente, tinha livre acesso lá no Centro. Eu ia duas vezes por semana lá para dar uma estudada, para debater, principalmente com um companheiro de debate, o Tenente-coronel Martim Cabeleira. E a gente passava horas ali debatendo, vendo as teorias. Então, foi muito interessante. E coletei todo material empírico na Brigada, via grupo focal, dentro do que a metodologia exerce com um mediador, com um anotador, como alguém manuseando a câmera para fazer o registro. Segui todo o rigor conforme recomendava a Comissão de Ética e de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é de onde também eu tentei implementar o nosso Comitê de Ética, na Polícia que acabou não acontecendo. Não sei como está, parece que agora é por curso, cada curso tem um Comitê de Ética. Mas, é menos mau porque isso já é requisito fundamental para se publicar em algumas revistas, se não tem aprovação do Comitê de Ética, não se publica. E, algumas revistas, não aceitam o Comitê de Ética institucional da polícia porque dizem que é corporativo, que é interno. Então, se você quiser ter, de fato, uma chancela para publicar em algumas revistas, você vai ter que ter um Comitê de Ética externo. O Comitê de Ética da Universidade também é da Universidade e nem por isso a gente fala que ele é corporativo. Então, têm algumas questões que eu não consigo compreender, parece-me que tem dos dois lados do fechamento na relação entre a academia com as corporações policiais, do outro lado,

também das corporações policiais para a universidade. É algo que você tem um movimento que hora aproxima, hora distancia a depender das circunstâncias e do contexto. É algo também que deve ser superado. Isso é natural, se você não tem espaço, você busca. Como Bourdieu fala, o campo científico tem a dimensão que perpassa quase na sua totalidade pela política. Nesse movimento, estão as ciências policiais. Temos buscado consolidar um espaço próprio, já que não se tem aceitabilidade, você tem até, às vezes, um rechassamento, um distanciamento, então, busca-se um campo próprio. E é natural em qualquer segmento isso aí, entendeu? Você tem, às vezes, até de maneira velada essas retaliações. Então, você vai buscar o campo próprio, nessa perspectiva das ciências policiais, inclusive com formatação de revistas científicas, na busca da consolidação da excelência.

E, às vezes, é uma crítica até para o sistema Qualis que eu levanto em forma de questionamento: para a pessoa que está publicando, o que é mais interessante, ela ter um artigo com Qualis A, por exemplo, mas que ninguém acessa, ou ela ter, de repente, uma publicação numa revista como a Homens do Mato que, cada curso corporativo que acontece, se tiver alguém pesquisando, você vai ter, no mínimo umas, duas, três, quatro dúzias de pessoas acessando e baixando seu artigo? São questionamentos que a gente se coloca a todo momento, até que ponto vale a pena uma briga por uma questão de uma chancela? Eu não me importo em publicar em revista Qualis B4, B3, B2, B1 porque essas classificações também são subjetivas, arbitrárias e trabalham em forma de retroalimentação. Como que é a retroalimentação: para subir no ranqueamento, você tem que ter publicações de doutores, só que os doutores não querem publicar em revistas que não são ranqueadas. Pelo fato de a revista não ser ranqueada, os doutores não publicam. Por ausência de publicação dos doutores, as revistas não melhoram seu ranqueamento. Então, você condena as revistas ligadas à segurança pública, principalmente, às academias a ficarem nos estratos mais baixos. E se nós, policiais militares titulados, pós-doutores, doutores, mestres não tivermos a mente aberta para compreender que a melhoria nesse ranqueamento depende da nossa vontade e publicação, estaremos fadados a ficar nesse lugarzinho aí do extrato B4, B3 e olhe lá. Permita-me o espaço para fazer um despertar aos nossos doutores, que às vezes não valorizam,

justamente, aquilo que está à nossa disposição e onde você pode contribuir de maneira muito mais efetiva. Desculpe-me, mas um artigo publicado numa revista nessa nossa, vamos lá: Força Pública, Alferes, Homens do Mato, revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, revista de Goiás, com a Capitã Tatiane Vilarinho, tem muito mais alcance do que uma publicação numa revista de extrato A1, que não é específica da Segurança Pública, é da Sociologia, da Antropologia, da História. E a minha pergunta é: "Quem vai pesquisar polícia nesses extratos, dessas áreas de conhecimento comparando com as nossas revistas que nós temos todo um corpo de profissionais que tem que ler, no CAO ou no CSP?" São essas questões que demonstram que a Universidade ainda não se despertou. Ainda está naquela questão do distanciamento e reputo a responsabilidade, também, para o lado das organizações, afinal, as próprias organizações têm uma resistência em relação às universidades, basta ver a trajetória de cada um dos que foram titulados. Então, você tem essa polarização que a gente tem que superar. Já foi tempo. Os primeiros estudos foram na década de 80, 90 e em destaque expoentes como Alba Zaluar, o próprio Michel Misse, o Espírito Santo e outros mais, como o Paixão, lá em Minas. [...] E não se tem uma melhora verdadeira nessa relação, às vezes, ameniza. Temos que refletir sobre isso, sobretudo com as nossas publicações e o destino que estamos dando a elas.

E, por que eu falo isso? Porque, na época, que eu fui na Brigada, a Revista Unidade ainda não era digitalizada, não sei se é hoje. Ela era só física e eu vi naquela revista um padrão de excelência e qualidade. A Revista Unidade é um destaque nacional, mas, que tinha pouco acesso, por que não era digitalizada. Olha que em 2011/2012 já havia essa questão da revista digital. Eu tive uma palestra lá na UFRGS, de um editor sobre a base *Scielo*. Ele passou algumas questões e eu pensei: "Na hora que eu voltar para o Mato Grosso, se não tiverem criado, eu vou criar a revista digital." E quando eu voltei, foi dado o pontapé, com a anuência do Coronel Wilkerson Felizardo Sandes, que era Diretor de Ensino, na época, para que a gente criasse a revista Homens do Mato digitalizada. E quando eu criei, foi aquele alvoroço absurdo, como exemplo do que ouvi de vários superiores: "Para que isso? Eu não quero! Eu gosto de ler é no papel! Como que você vai criar revista digital? Eu não ligo para a internet!" Daí eu falava: "Faz o seguinte, no dia que o senhor quiser ler, me chame que eu

venho aqui e imprimo a revista! Eu baixo o PDF! Eu imprimo e o senhor lê no papel, é a mesma coisa! Temos que nos atualizar. Essa geração que está chegando é digital". Eram questões com que eu me deparei. Eu tive que, de fato, buscar um meio termo para não ofender ninguém. A gente tem que ter todo o respeito com quem passou, a geração que fez a base de tudo. Deve-se manter aquela questão do respeito, da acessibilidade, mas as adequações e inovações devem acontecer sem desconfigurar a hierarquia e a disciplina. E foi interessante que teve um coronel que ensinei a ele que o PDF faz a leitura (áudio) do documento. Falei: "Coronel, se não quiser ler, se tiver com preguiça, só clica ali na voz e o senhor ouvirá o artigo!". Ele me respondeu: "Nossa! Mas, isso é bem mais fácil, né? Eu não vou mais ler, vou só ouvir!" Então, você tem algumas questões que também se alteraram ao longo do tempo e que fazem parte desse processo, porque tudo isso aí foi desencadeado, ao menos à parte que me tocou, da minha experiência que eu tive num programa de Doutorado. E eu fico pensando: "Olha, se eu não tivesse ido para o Programa de Doutorado?" Você pode fazer o exercício de elucubrar: talvez outro sistematizasse a revista científica em formato digital, mas demoraria mais um tempo, porque foi naquela oportunidade que eu conheci alguém da *Scielo*, que me despertou a questão da revista virtual digital. E a nossa revista é uma das mais antigas, digitalmente falando, do Brasil. Ela não é mais antiga em formato físico, mas digital sim. Nós temos a revista digital desde 2013, retroativa a 2010, só entrar no nosso site, você vê: 2013 temos a revista digital, uma das primeiras. Eu só tive essa oportunidade por que eu fui fazer o doutorado, tive contato com essa experiência e pude trazer para o Mato Grosso. Ou seja, tive dois contatos com experimentos muito proveitosos, que foi o Centro de Pesquisa na Brigada Militar e a revista virtual na base *Scielo*, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Sendo que na Universidade Federal do Rio Grande do Sul estava se criando a revista digital dos alunos da pós-graduação em Sociologia que é uma revista que tem responsabilidade dos alunos e como acompanhava esse processo, eu falei: "Ah está aí a sacada, é justamente aí!" Peguei todas as expertises que tinham por lá e trouxe para a Polícia Militar do Mato Grosso, criando a revista digital e também o Centro de Desenvolvimento e Pesquisa e sua

concepção. Permita-me Leal, eu não sei se pode dar esse salto, eu vou passar a experiência na França e depois eu volto para o Centro de Pesquisa para concluir.

RHM: Por que entre o Doutorado e o Centro de Pesquisa, tem a França!

R: Quando eu fui fazer o Doutorado, meu orientador foi o Professor José Vicente Tavares dos Santos. O Professor Zé Vicente é um cara muito dinâmico. E, naquela época, ele estava ministrando aulas na França. Também, ele ministrava aulas na Inglaterra e, depois, ministrou aulas na Universidade Nacional de Pequim, na China. Tudo sobre Segurança Pública, questão em relação à América Latina. E, quando eu entrei no PPGS, seis meses de doutorado, ele falou: "Seu estágio vai ser na França!" Eu falei: "Nossa! Mas, eu fiz o exame pra entrar aqui, a proficiência, eu não tenho o ELF!" Que é o exame de conhecimento da língua francesa, que é o padrão. "Então, vou ter que estudar!" Ele disse: "Se vira! Você vai para a França, entendeu? Você vai! Você vai ter que concorrer, passar e ir para França!" E assim foi feito. Com as orientações que o professor José Vicente me passou, fui para o Instituto Roche, lá em Porto Alegre, para fazer aulas condensadas de francês todos os dias, 2 horas, de segunda à sábado e domingo estudava em casa. Focado um período do dia para fluência do francês para eu dar conta do meu estágio na França. E aí, feitas essas etapas, quando me qualifiquei (lá tem que qualificar para sair), mandei a proposta do estágio sanduíche com antecedência. Lá na França, a estrutura do Centro de Pesquisa é diferente: Lá tem um Centro Nacional de Pesquisa sobre pesquisas sociológicas, o CNRS, e eu fui para um laboratório que é ligado a esse centro nacional, que é o Centro de Estudos Sociológicos sobre Direito e Instituições Penais, CESDIP, já traduzido para o português. E eu sabia que eu iria para lá sob a tutela de meu coorientador, o Dr. Fabian Jobard. Também uma mente brilhante, ganhou o prêmio de melhor tese da Europa quando ele a defendeu no seu doutorado. E era, no Centro de Pesquisa, extremamente abnegado e dedicado. Perquiria, inclusive, os pesquisadores mais antigos. É algo que me assustou quando eu vi, por que aqui, no Brasil, você tem uma deferência para quem está acima, tem o título de Doutor, que a pessoa fica quase inatingível. E lá, eu via meu coorientador relativamente novo para os padrões de um pesquisador chefe do Centro de Pesquisa e ele [...] já tinha um *status* de reconhecimento europeu. E ele coordenava o Centro de Pesquisa que tinha,

nada mais nada menos, que o René Lévy, também, o Dominique Duprez e o Philippe Robert, que faziam parte desse Centro de Pesquisa. Eu tive, também, em algumas oportunidades, aqui no Brasil, na UFRGS, e lá na França, interlocução com o Bernard Lahire. O interessante dessa minha estada na Europa é que eu tive interlocução com autores de obras que eu estava lendo aqui no Brasil, tête-à-tête. Às vezes, semanalmente, eu via essas pessoas. E a minha experiência, na França, eu digo que foi um padrão de excelência ouro, porque o Fabian Jobard, durante o tempo que eu fiquei na França, que foram 10 meses e meio, ele me recomendou fazer 18 seminários. 18 seminários!

Aí eu fiz seminários na *Sciense Po*, na Escola Nacional de Sociologia e Filosofia. Fiz seminários em Bordeaux e na Inglaterra. E tudo com bolsa do governo francês, você recebia a passagem para viajar e tinha inscrição previamente ajustada. E o formato de seminário, na França, é um pouco diferente do que a gente vê no Brasil, não é entra e sai a qualquer momento, não! Tem horário de entrada e você só sai quando termina. As mesas são identificadas com seu nome. E alguns seminários são muito restritos, não passam de 12 pessoas. São 12 alunos! Você senta numa sala com todo aparato de *coffee break* à disposição. E, ali, você passa, às vezes, uma semana assistindo aulas direcionadas.

Então, eu tive essa experiência que eu acho que é algo impagável, entendeu? Você perde por um lado e ganha por outro. Então, falo assim: “Eu não me arrependo de nada do que eu fiz, se fosse para fazer, eu faria tudo igual!” Porque, afinal, tive essa experiência, tive a questão de conhecimento com uma rede internacional de pesquisadores e pude experimentar uma vida acadêmica fora do Brasil, que é diferente! Eu tinha esse compromisso com o Centro de Pesquisa semanalmente, que era toda segunda e terça, dois dias na semana. Um dia era com o corpo de pesquisadores geral e o outro dia era só com o meu coorientador, que sempre passava literatura para ler e fichar. Eu me lembro que eu tive contato, no seminário de Bourdeaux, ao vivo, com Michel Wieviorka, que é um sociólogo da violência. Ele tem uma obra denominada *Sur la Violence*, que é referência no mundo todo. Vi vários expoentes dessa linha na perspectiva francesa. E isso eu digo que é impagável porque as dúvidas que eu tinha, eu ficava até o final das apresentações, tirava com o

autor das obras que eu estava lendo. Então, essa experiência foi fenomenal. E, saindo de lá, eu ia para o L'ARC, que é uma entidade Cristã que acolhe imigrantes, para você conversar com aposentados franceses. São experiências que não tem como você mensurar. Só sabe quem teve e foi para fora do país para viver. Eu acho que eu fui muito feliz na escolha do meu programa de doutoramento na Universidade Rio Grande do Sul, nesse estágio doutoral eu fui num centro de excelência e também tive um acolhimento fenomenal. Hoje, eu sou Alumni francês. Toda semana..., todo mês, recebo correspondências: "Faça intercâmbio, etc; etc.!" Tenho relação em grupos de pessoal da França. Então, é muito interessante. São experiências que ficaram e que me marcam até hoje. Eu recomendo para quem tiver a oportunidade. Tem outros Oficiais que tiveram experiência no exterior, como os TC Alessandro e Epifânio. Quem tiver oportunidade de fazer intercâmbio fora, faça, é impagável. Você pode ter prejuízo de um lado, mas, de outro, compensa de uma forma que vocês não têm ideia. Sobretudo, porque eu vivi uma experiência numa cidade que é um museu a céu aberto, Paris. Então, não tem como ter comparativo!

Voltando aqui para o Centro de Pesquisa, quando eu fui autorizado a montá-lo, a concepção foi outra. Eu até me estranhei que as publicações que registram as ações não foram localizadas no Boletim do Comando Geral, sendo que elas foram realizadas, na época. Nós pensamos num Centro de Pesquisa que foi montado com convênio com a Universidade Federal, eu fui ser pesquisador lá, com autorização do Comando, para que viesse verba. Tinha um convênio com o Ministério da Justiça, através de editais que cobravam a presença de um profissional da segurança pública na equipe. E, dali, vinha o orçamento. Eu passei ali quase um ano trabalhando, "ralando igual um condenado", para vir esse orçamento/ financeiro para montar o Centro de Pesquisa. E o Centro de Pesquisa foi montado com sala de grupo focal, tinha televisão, tinha equipamento para gravar, tinha ilhas de computadores, tinha toda uma estrutura montada. E, não me pergunte porque desmontaram! Jogaram o Centro de Pesquisa numa sala que chega a ser ridícula! E a estrutura...? E aí, eu falo para você que o Estado é inerte nisso. E eu falo assim não é porque eu montei, não! Para você ver o trato com a coisa pública. Deveria ter até, inclusive, responsabilização para que tomou essa medida, afinal aquilo foi montado com recursos federais. De falar que: "Ah... tinha que montar isso e aquilo, biblioteca..." Desmontar um Centro

de Pesquisa que é extremamente necessário, inclusive, quando tinham cursos internos em andamento era lá que os alunos iam para pesquisar, para usar sala de grupo focal, que hoje você não tem espaço, é algo sem definição. Então, tem-se que improvisar em razão do desmonte do Centro de Pesquisa. Eu vi, depois, a luta da Tenente-Coronel Fernanda Leonel para reestabelecer, depois, a revista e também tentar racionalizar o espaço. Tem coisas que, às vezes, demonstram que ainda falta maturidade organizacional e institucional. Você não destrói um Centro de Pesquisa, como foi feito. É algo que eu olho o Centro, hoje, reduzido a 3, 4 saletas com o que a gente montou com verba federal [...]. Então mereceria... Quem fez não observou a história e nem a origem do dinheiro que foi usado para montar aquilo. São questões que você olha e fala: "A gente tem muito a amadurecer!" Porque você alterar, justamente, um centro de excelência!? Só não reconhece assim quem não conhece. Basta você ver, talvez, o produto mais emblemático que é a revista científica *Homens do Mato*. Eu espero, Leal, que você continue. Eleve mais ainda o padrão, que a gente consiga indexação, com veículos que controlam essa questão como *Latindex* e a *Scielo*. Quem dera o *Scielo* cancelar na nossa Revista! Tem um caminho a percorrer, mas é algo que você tem que pensar... Também, tem algo que nos deixa ressentido que é de ver como, algumas vezes, o Centro de Pesquisa é tratado.

Para você ter uma ideia (e foi uma experiência que eu tive lá na França), tive contato com toda a pesquisa completa, os manuscritos do Dominique Monjardet, a pesquisa que resultou em uma das obras que compõem a coletânea "Polícia e Sociedade", da USP, onde ele tem uma obra que é "O que faz a polícia". Lá, eu tive os manuscritos dele, todas as etapas que ele fez num trabalho longitudinal de 10 anos sobre socialização. E ele pesquisou 110.000 policiais na primeira etapa, na segunda etapa caiu para 60 mil e chegou na última etapa com uns 40 mil. Dá para se ter uma ideia do que pensa a organização. A obra dele é emblemática, é um clássico, justamente, porque ele teve o refinamento científico para chegar ao termo do que resultou a obra. E, na época, eu pensei isso para nossa polícia. Você deve ter visto alguns resultados. Uma pesquisa de socialização similar a Dominique Monjardet, peguei os questionários dele, traduzi, o que dispensaria certificação internacional do questionário. Depois, eu peguei mais alguns outros questionários que vinham com a

questão de perfil sócio econômico, de origem, já aplicados no Brasil para você não precisar certificar. Mesmo assim, a gente fez um grupo teste, a gente aplicou para ver se funcionava. E, no final, nós tivemos um mega questionário, que tinha quase 400 quesitos para você analisar o ingressante na Polícia Militar. E nós aplicamos na totalidade dos alunos de 2014 e 2015, deu quase dois mil e quatrocentos questionários com 400 itens cada. E nós buscamos... é difícil porque tem a crítica da contaminação, por que é o próprio órgão que está aplicando. Mas, o que a gente fez: nós montamos uma intranet com esses questionários já em modelo próprio que o nosso programador...

RHM: Então, Comandante, um dos participantes da nossa Live respondeu a este questionário!

R: ...então, aí teve a questão do Sargento Cerqueira que montou toda uma estrutura, pedimos convênio com o Senac, o SENAI. Percorremos o estado todo. Foi o Sargento Cerqueira, juntamente com o Cabo Brito e o Cabo, hoje, Sargento Laudicério. Eles percorreram todo o Estado. E, aí tem uma questão: que, estrategicamente, não foram oficiais para não ter aquela questão do distanciamento, porque eram alunos soldados que estavam entrando, tem uma linguagem mais próxima com os Praças do Centro de Pesquisa. E, se aplicou o questionário, você tinha uma questão de não identificação, esse sistema convertia em código e você tinha um mapeamento geral do efetivo que entrou na Polícia Militar. Porque essa é uma pesquisa que não tem como você começar a reverso de quem já tem há muito tempo, você tem que acompanhar o grupo que entrou. Então, o que aconteceu, e eu sempre deixei bem claro, a pesquisa não é minha, é uma pesquisa que a polícia francesa já fez e, aqui no Brasil, não tem nenhuma experiência igual. Tudo que se faz é pontual, você pega 500 entrevistados, 60 mil entrevistados, como já aconteceu no Ministério da Justiça: o policial vai fazer um EAD, ele tem que responder ao questionário. É... a maioria... E eu já conversei com vários, responde de qualquer jeito. Vai respondendo porque é pré-requisito para fazer o curso. E a gente conversou muito: é um questionário que deve ser aplicado antes, inclusive, das aulas porque você tem ali o panorama da pessoa antes de ter qualquer contato com a questão da corporação militar. E ali, a gente identificou várias questões, muitas pessoas que já foram violentadas. Você

pode questionar, depois, como que ela vai se comportar. Algumas sofreram violência policial, inclusive, e eu falo: “Bom... como que essa pessoa vai agir? Ela estava do lado de lá, foi vítima de violência policial. Agora, ela está dentro da polícia! Como que ela vai se comportar?” E isso, só quem diz é a pesquisa e o tempo. Também, questões de origem: há um percentual muito grande de pessoas que teve grande parte da sua vida vivida na roça, fazendas. Essa turma aí, 2014/15, muita gente de Rondônia, Tocantins, Maranhão. Então, você tinha um estado e um panorama que era fundamental e, sobretudo, o questionário econômico social. Ali, você notava, a maioria dos nossos ingressantes não tinham mais que dois salários de renda familiar. Hoje, se você ver o subsídio do soldado: só ele tem quantos salários de renda? Só ele que entrou, ingressou, entendeu? E eu falo renda familiar envolvendo ele, pai e mãe, às vezes, dois, três irmãos e tudo mais! Pode parecer pouco, mas não é, pois isso significa uma perspectiva de mudança sócio-econômica pelo ingresso na Polícia Militar, que é um assunto que às vezes não se explora. E nós tínhamos essa possibilidade. Nós tivemos blocos para gente traçar o perfil desse ingressante que variava desde as motivações de ingresso: por que? Se era questão salarial, ou não? E por que esse questionário, no início? Porque ali ainda não tem a contaminação, a questão dele se despertar para vocação policial. Ali, o respondente está meio que, ou quase que totalmente imaturo, com exceção dos que já eram militares das Forças Armadas e que ingressaram na Polícia Militar. Mas, a grande parte, era civil, como se diz: “Barriga Verde”. Você tinha até uma certa inocência nas respostas dos questionários que, muitas pessoas não gostam de abrir, questões muito particulares como orientação sexual. Por incrível que pareça, nós tivemos 5% de respondentes que se autodeclararam homoafetivos. Olha só que interessante! Então, são questões ligadas a tabus corporativos, que não se discute e não se debate dentro da instituição. Mas que, desde o princípio, quando você ainda não tem essa repressão discursiva, até regulamentar contra alguns grupos minoritários e você aplica os questionários, você já vê que tem um percentual considerável dessas pessoas que têm a orientação, que devem ser respeitadas e terem seus direitos respeitados, nos limites do que a gente tem do padrão de constitucionalidade e normas infraconstitucionais. Então, a pesquisa serve para isso! Essa pesquisa, em sua segunda fase, foi aplicada na metade

do curso com questionários e também grupos focais para ver como que estava o processo de adaptação. E foi aplicado uma terceira etapa, no final do curso. E, aí o que destacou nessa pesquisa, no final, foi a questão do assédio moral. Muita denúncia via questionário de pesquisa sobre assédio moral, durante o curso. Alguns assédios sexuais e de algo interessante que não se debate: assédio sexual praticados por mulheres. A grande maioria, assédio sexual praticado por homens contra feminino, mas também um percentual de homens se queixando de assédio sexual por superiores femininos. Então, algo que apareceu também, e eu falei: “Olha que interessante, né?! É algo que é via de mão dupla e acontece!” Esse trabalho estava em fase de catalogação, que é um relatório bem extenso, os formulários se converteram em gráficos automaticamente. E aí, quando eu passei a direção do Centro de Pesquisa, tinha que ser aplicado mais um questionário dois anos depois de formatura dessa turma. Não foi feita essa etapa, os questionários estavam aí, até ajudei o Tenente-Coronel Carlos fazer a tradução dessa etapa, mas não tinha a questão de verba, não se realizou. E, com cinco anos, o que estaria dando agora, era para ser feito a terceira etapa. Ainda há alguma forma de corrigir, já que se tem toda a base informacional dessa turma de 2014/15.

RHM: Nós vamos recuperar esta pesquisa, certamente!

R: 2015 para 2021: são seis anos! Então, ainda se pega essa etapa de 5 anos para fechar com a etapa de 10 anos! Aí, você tem um percurso de socialização. O que mudou, o que virou e mais um detalhe: você vê uma questão de esvaziamento, você tem migração, que é o *turnover*, gente saindo da Polícia Militar indo para a Polícia Civil, vai aparecer, nessa pesquisa de 5 anos e na de 10 anos, também. Você tem as exclusões, as motivações e têm uma série de questões que devem ser levantadas. E, depois, você tem o resultado e a questão: o que ficou disso aí? É algo que... eu não pensei a pesquisa para mim, eu já estava em final de carreira. Uma pesquisa de 10 anos para quem está em final de carreira é algo assim que... Bom, eu tinha um sonho que, de fato, o Centro iria se consolidar e se realizar e não seria eu, o Tenente-Coronel Rondon, na época, o dono do filho! Em uma pesquisa de 10 anos, são vários pesquisadores passando por ali, pelos instrumentos e como a gente tem essa rotatividade, teria, no mínimo possibilidade de 5 oficiais responderem por isso aí

numa continuidade estrutural, construtivista, bem piagetiano mesmo, ao que se refere às etapas da pesquisa. Mas aí teve a questão da suspensão e veio a pandemia, mais outro problema. E essas etapas ficaram por realizar. Então, a etapa de 2 anos é aquela que o Monjardet prevê uma acomodação institucional, é onde o indivíduo, dentro da organização começa a definir as estratégias para onde ele vai. Quem foi para o interior e gostou já não quer mais voltar para a capital, já se estabelece ali. Então, essa fase aí é importantíssima para a gente ver como que funcionam essas questões. Infelizmente, não foi realizada. Fazemos os votos de que você consiga prosseguir, por que essa é uma pesquisa inédita no Brasil. Não tem em nenhum lugar de nosso país uma pesquisa longitudinal com esse alcance e acompanhamento de totalidade de uma turma. E essa pesquisa era para continuar com esses novos ingressantes. Está vindo aí... eu me lembro que foi aplicado o questionário, também, no CFO. Uma turma do CFO respondeu e nós não prosseguimos com o CFO e esses dados ficaram ali. Eu fiz questão de deixar e estava tudo nas máquinas do CDP e depois eu não sei o que virou. Estava tudo convertido nesse pequeno programa que o Sargento Cerqueira fez e estavam em duas linguagens para ter o backup, e não ter o problema de perder e era bem interessante por que já geravam os gráficos automaticamente. Então, tem esses experimentos do CDP, que são inéditos no Brasil! E o CDP também produziu outras pesquisas que são importantes também, mas bem pontuais: apoiou algo que foi produzido na questão de *stricto sensu*, grande parte dos oficiais que passaram no *stricto sensu*, acabaram indo pedir apoio no Centro de Pesquisa para auxílio de execução, inclusive, de pesquisas, como faz, uso das instalações... e que foi mutilada, a instalação foi mutilada do Centro de Pesquisa... E hoje é uma parte daquilo que tinha. E não sei se dá para recuperar porque a estrutura, quando se quebra, para retomar se demanda orçamento, dinheiro, coisa que o Estado, hoje, está bem difícil e complicado de ajustar. Mas a história é essa. O Centro de Pesquisa tinha uma previsão de núcleos de pesquisa, a gente fez um esboço que ele seria constituído por núcleos que iriam seguir linhas específicas, não abrangeria só a questão científica e teria a questão tecnológica, que é algo que vi na realidade francesa. Para você ter uma ideia, nas polícias europeias, não é igual aqui no Brasil, não. Vem o leilão para a licitação para vender carro para a polícia, aí você

compra o que tem, menor preço, tem as adequações, você passa na Roncam, etc., coloca ali, não... Lá funciona diferente: é a polícia que dita o que tem que ter. Eu sei que aqui você tem um fatiamento, cada item da viatura é uma empresa que coloca, o rádio é uma, o giroflex é outra, e assim vai. Lá não: lá você tem, às vezes, até o Centro de Pesquisa para desenvolver tecnologias embarcadas, a ergonomia de banco e equipamentos, por exemplo, tudo é pensado pela própria polícia.

RHM: Hoje, estamos começando a pensar isso também aqui em Mato Grosso, Comandante!

R: O embrião do Centro de Pesquisa era para ser desta forma. Não é à toa que a gente tinha um físico trabalhando lá. Ele pesquisava espectrais, o Sargento Brito. O Sargento Brito não estava lá por estar simplesmente fazendo um *stricto sensu*, a parte dele era voltada para a questão da tecnologia. Só que nunca foi para frente porque não teve apoio.

Então, você tem experiências na Europa que vale a pena. Tem as revistas que você lê, tem os laboratórios. Claro que lá é o ciclo completo. Em tese, se a gente fosse assim, a perícia estaria junto com a gente. Aí, você teria um Centro de Pesquisa de excelência, avançado, que abrange todas essas questões. Mas, a gente pode desenvolver algumas questões. E nós temos exemplos de policiais militares que desenvolveram tecnologias, inclusive, de segurança, de pistola, se não estiver enganado, o Tenente Flávio.

RHM: É um Tenente que fez o precursor da pistola?

R: Isso! Esse aí mesmo! Você tem pesquisas que são desenvolvidas, muitas vezes, na intuição, pelo método de tentativa e erro e acerto. E, não foi aproveitado isso, não foi traduzido isso aí em pensamento e conhecimento tecnológico ou científico.

RHM: Lembro que essa peça que o Tenente pensou, à época, ele enviou um e-mail para a fábrica e a fábrica perguntou se ele tinha patenteado aquilo! Só para o Senhor ter ideia, é uma coisa inovadora que partiu de um Policial que estava fazendo um trabalho científico.

R: E lembro que orientei: “Você tem que patentear! Se você não patentear e se você entrar em contato lá e os caras pegarem... por que você tem uma expertise de fábrica também que desenvolve isso aí: só de uma pessoa ouvir, ela já mentaliza como é o dispositivo já vai pensar um similar e já registra a patente, na hora que você vai registrar já foi, rodou!”

Nós não temos, ainda, e era um pensamento nosso para o Centro de Pesquisa, era ter um setor de patente, bem pensado por você. Nós tivemos softwares desenvolvidos com padrão de excelência pela nossa TI, mas o pessoal fala assim: “Ah, mas é produzido em linguagem aberta (...)” Tudo bem, mas tínhamos que estudar uma forma de patente para que a gente tivesse, de fato, o controle na questão do uso desses produtos que foram realizados dentro do âmbito da Polícia Militar. Então, tem muita coisa para ser feita, por exemplo, os núcleos que não foram implementados, o Comitê de Ética e Pesquisa que iria ficar vinculado ao Centro de Pesquisa, por que seria onde iria se catalogar, controlar tudo, publicar o que fosse devido na Revista Científica. Tudo isso aí, não é algo assim: “Ah... por que tem um segmento que quer pesquisar, então tem que criar um nicho!” Não, não é isso, não, o conhecimento vai subsidiar as decisões do nível estratégico e até governamental. Tem pesquisa nossa que pensa o Estado, não pensa só Polícia. É algo que, de fato, falta um amadurecimento para ter esse nicho, que é um nicho que traz retorno certo, não é algo que você fica especulando e que carece de um investimento, de uma atenção, de um estímulo e de um reconhecimento. Falta isso para o nosso Centro de Pesquisa. Eu espero que, de repente, alguém do nível mais estratégico, assistindo esse bate-papo, ouvindo o que eu estou falando, a questão de recuperar a trajetória possa ter a compaixão de falar: “Ali não é um bando de malucos que está ali porque quer aparecer! Questão de ser PHD... Querem ver o Centro e Pesquisa como uma fábrica de ideias e soluções que vão ter fundamento na ciência e na tecnologia!”

RHM: E quem está nos acompanhando está tendo uma aula: a gente começa em Goiás e vem para MT, caminha pelo interior do Estado, na fronteira Brasil-Bolívia e, depois, a gente vem para Cuiabá, uma pesquisa de mestrado, toda dignificada por exemplos muito históricos, há menção a fatos que deram conta do estado da arte até aquele momento! Depois, tem a ida do Senhor para o Rio Grande do Sul, a exposição

das escolas de Sociologia Criminal! Depois, a ida para a França e o parâmetro mundial disso! E, agora, o Senhor, Presidente do Instituto Brasileiro de Segurança Pública! Está parecendo uma biografia, viu Comandante?! Quero que o Senhor fale do Instituto Brasileiro de Segurança Pública e sua Presidência! A que se presta o Instituto Brasileiro de Segurança Pública? E o que que ele está tocando hoje?

R: O IBSP foi uma iniciativa do Coronel PMESP Azor Lopes da Silva Júnior, que em um trabalho de formiguinha mesmo, foi contatando todos os estados que tinham referência de doutores policiais militares. E ele congregou os sócios fundadores, que são vários e não vou me arriscar a anunciar, sobre o risco de esquecer alguém e vou ficar muito sentido. Temos os sócios fundadores: destaco a pessoa do Coronel Azor, que foi o Presidente e é o nosso eterno Presidente, ele teve essa felicidade de ter essa brilhante ideia e de que ela fosse encampada por quem fosse convidado. Tivemos a consolidação do Instituto Brasileiro enquanto pessoa jurídica de natureza privada, com a finalidade social para fomentar a questão da pesquisa. Hoje, temos duas pesquisas em andamento, uma do Tenente-Coronel Olivaldi, na questão ambiental, e a outra do Coronel Protásio, de Minas, na questão criminológica. O carro chefe do Instituto são a revista científica e os diálogos acadêmicos. E nós o temos tudo catalogado no *YouTube*. Ali, você tem o estado da arte do pensamento sobre Segurança Pública e Polícia do Brasil. Então, o Instituto congrega expoentes de todo o Brasil.

Como eu não posso cometer a arbitrariedade de me esquecer de alguém, eu falo que a gente tem representação de grande parte das unidades federativas. E, assim, o papel do Instituto, hoje, é essa questão do fomento à pesquisa na área das ciências policiais. E estamos começando agora, uma perspectiva de monetizar para financiar e fomentar pesquisas. Até então, a gente estava só cotizando as despesas básicas do Instituto e nós tivemos todo o cuidado de, primeiramente, criar uma revista científica de maneira que essa revista tivesse todos os elementos necessários para ser ranqueada, como a questão do ISSN, o DOI e ORCID dos autores. Hoje, a nossa revista é toda vinculada. Quero crer que no novo ranqueamento ela deve subir de B4 deve ir para B3, B2 ou B1. Assim eu espero pela excelência da qualidade das publicações. Tem outro ponto, a nossa Revista, agora, é quadrimestral, é um produto que veicula conhecimento de excelência.

RHM: O senhor está como editor da revista?

R: Estou como editor, mas o Conselho é formado por vários outros policiais, inclusive, você está ausente de lá, né? Está faltando você lá! Então, depois, temos que conversar sobre essas questões!

Aproveito para mandar um abraço para o Coronel Hiroshi que é Vice-Presidente da gestão atual, parceiro, sempre amigo também da PM de Minas Gerais e é o ícone da Inteligência de Segurança Pública, no Brasil. Tenho a honra de conviver com esses baluartes, esses expoentes no Instituto Brasileiro de Segurança Pública. Hiroshi, um abraço, viu Amigo!? É sincero! E o que a gente tem procurado fazer com a gestão junto com o Coronel Hiroshi e com o Coronel Azor no Conselho deliberativo é, justamente, inovar em algumas questões. Por exemplo, os encontros acadêmicos eram um formato e, com abertura e o término da pandemia, acabou se exaurindo. Era um formato semanal, toda quinta-feira, e acabou que as pessoas se cansaram, então diminuiu muito o público. Ficou como um registro, como uma memória, um repositório dos encontros, mas, não se tinha mais o mesmo engajamento do início. Nós chegamos a ter alguns encontros que, somando *Zoom* e *Facebook*, mais de 1.000 pessoas acompanhando *on line*. Nós tivemos um seminário de TCO que foi monstruoso: só de inscritos deviam ser mais de 700. Algo que tinha impacto, engajamento forte. Mas aí, com a abertura diante do término da pandemia, a gente viu que isso foi diminuindo, até porque as pessoas têm outras atividades, talvez, mais aprazíveis do que ficar na internet ouvindo outras pessoas falarem. E foi mudando, foi se alterando. O nosso associado Wildson Correa da PM da Bahia veio com o “Café Jurídico”, às terças-feiras. Muito interessante o formato adotado pelo Wildson. E ele é expert em conduzir, é tipo um *talk show*! Eu brinco com ele: “É quase um Jô Soares de Barba!” Wildson, me permita a comparação, mas é pela excelência na condução das entrevistas, ele é extremamente interativo. Então, tem esse atrativo no Café Jurídico. Eu, particularmente, gosto muito de acompanhar e de assistir até pela condução dele. E a pegada é um pouco diferente dos debates acadêmicos, o Café Jurídico está mais ligado à questão associativa, ligado à questão jurídica de interesse das corporações. E os debates acadêmicos para o debate de obras e pesquisas de renomes, de temas que têm pertinência para ciências policiais e interesse do Instituto.

Nós temos esses produtos, mais a revista. E, agora, a gente vai iniciar uma nova tomada: a gente está sistematizando a questão de reconhecimento interno para a gente, já está aprovada a questão da medalha e da moeda honorífica do Instituto Brasileiro, o mérito acadêmico. Devemos fomentar um encontro presencial, previsto para outubro de 2022. Já tem uma comissão montada, outubro, Rio de Janeiro, o encontro presencial dos membros do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, onde abriremos espaço para que os nossos associados sejam os protagonistas das mesas, de maneira que a gente possa conhecer melhor a produção de todos nós [...].

RHM: Coronel, eu queria colocar uma questão por que nós temos vários policiais nos ouvindo, essa entrevista vai ser veiculada nos canais da PM, então vai ganhar um público imenso: Qual é o critério, hoje, para a admissão no IBSP? Tem que ter mestrado? Tem que ser doutor? Tem que ser Policial Militar? Bombeiro Militar?

R: Policial Militar, especialista para cima. Tem que ter indicação e aprovação do Conselho Executivo para ser associado, independente de posto ou graduação, nós já temos, inclusive praças associados. O requisito é a indicação, quem indica é um associado. Tem a questão do engajamento, também.

E, agora, é uma questão de uma situação que a gente vai alterar, a gente começa com a monetização, com previsão de cursos online. Essa é a proposta, vamos ver se conseguimos concretizar, até o final da gestão, os curso *on line*, para que a gente possa monetizar e poder fomentar viagens de estudo para quem é integrante do Instituto e tem interesse. E já tem um experimento que vamos tentar inovar agora, mas com condição: quem é associado, por exemplo, e quer participar de um evento que tem um cunho formativo-científico, tem que fazer a proposta. Vamos lançar o Edital, talvez duas bolsas por semestre para não ter muita despesa porque o Instituto não tem tanto recurso, condicionado a um limite, desse teto, talvez, R\$ 1.500,00. Também com uma contrapartida do associado, ele vai ter que fazer um relato de experiência, publicar na revista e dali, também, quem sabe, um artigo e uma fala nos nossos diálogos acadêmicos para prestar conta daquele investimento que o Instituto fez. Então, é uma proposta, já conversei com o Hiroshi e ele deu o pronto, o sinal verde. Também falei com o Azor. Os dois gostaram muito dessa idealização que vamos colocar em prática de maneira que a gente tenha, de fato, o Instituto que, além

de ofertar esses produtos já mencionados, a revista, diálogos acadêmicos, o Café Jurídico, fomenta também pesquisas na área de ciências policiais. Essa é a intenção e espero que a gente consiga concretizar essas propostas, porque eu acho que tudo que vem para fomentar, para agregar a construção do pensamento, do conhecimento científico é fundamental.

RHM: Coronel, estamos caminhando para o encerramento da nossa entrevista, do nosso "Diálogo com Pesquisadores" que, hoje, era para ser uma conversa de meia hora e se transformou num Podcast de mais de 2 horas, rico e enriquecedor para todos que assistiram e irão assistir posteriormente. Sempre, no final das nossas conversas, pedimos para o entrevistado uma indicação de leituras essenciais na área de Segurança Pública: textos, livros, artigos de modo geral que não devem passar batidos, têm que ser eixo da nossa compreensão acerca de uma atividade melhor prestada ao cidadão. Então, queria, encaminhando para o nosso encerramento, que o Senhor deixasse aqui indicações de literatura a nossa audiência!

R: Olha, literatura para Segurança Pública eu acho que hoje tem muitas, várias! Eu acho, que já chega a milhar, se levar em consideração teses e dissertações publicadas. Muita gente publica em editoras independentes, o que dificulta, às vezes, o acesso a essas obras. Então, é algo muito pessoal. Você não tem uma circularidade, fazer o circuito de comércio, de obras, de livro, até mesmo a questão do e-book, que hoje é comum.

RHM: Por isso, a necessidade de sempre estar participando do Instituto, né?

R: Então, eu penso assim: tem uma coleção de que é fundamental para você compreender. São duas coletâneas que recomendo: a primeira coletânea "Polícia e Sociedade", que é fundamental. Todas aquelas obras ali.

RHM: Se fosse para escolher um, Coronel, qual livro escolheria?

R: Pela proximidade, eu escolheria o Dominique Monjardet, "O que faz a Polícia". É a minha opinião!

RHM: Eu ficaria com "Padrão de Policiamento"!

R: Também tem esse aí! Mas, é só uma questão das perspectivas de abordagem. Eu acho que todos são fundamentais. São todos interessantes. Para policiamento, você tem Trojanowicz e o Greene, também bem interessante. E eu também recomendaria a coletânea da Editora Revan, "Pensamentos Criminológicos" que traz algo bem interessante, você tem ali a história do pensamento criminológico.

RHM: Grande Doutor Baratta!

R: Esse aí é o primeiro volume, mas têm os outros. Ela já está indo para 23 volumes, alguma coisa assim.

RHM: A professora Cláudia está conosco aqui e ela lembra da obra "Segurança Pública e População em Situação de Rua", que o Senhor trabalhou também!

R: Isso! Isso! Também trabalhei e ia chegar. Estou chegando, estou falando das coletâneas. Têm algumas obras que eu reputo de extrema importância, uma delas eu considero um clássico: "(In)Segurança Pública", é uma obra que tem a participação do Coronel José Vicente da Silva Filho, que é também nosso associado, da PM de São Paulo, e o David Bailey, que é um clássico, que, inclusive, tem o capítulo denominado os "incentivos perversos e segurança pública". Eu não me recordo muito dos títulos, mas têm artigos seminais nessa obra que são do ano de 2001.

Você tem também uma obra que é muito interessante, que é um catálogo do percurso de todos os pesquisadores da área de segurança pública e o que cada um pesquisou do tema, que é um relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, onde se entrevistou todo esse pessoal que a gente usou como referência, lá no início. É um compêndio em que você vai conhecer a vida e a obra de uns 12 pesquisadores, a trajetória de cada um deles, Alba Zaluar, José Vicente Tavares dos Santos... é uma obra que serve para você saber para onde cada um vai, para você ter a ideia de como funciona o pensamento de cada um, [...] o que foi concebido por eles, o pensamento. É bem interessante essa obra. E lembrei o nome da obra "As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre crime, violência e Direitos Humanos no Brasil". Então, é bem interessante.

Tem algumas obras que a gente recomenda também para compreender algumas questões: a obra do autor do Azor Lopes da Silva Junior, "Termo Circunstanciado de

Ocorrência”, que é fundamental, na questão prática. Do ponto de vista de etimologia e construção das ciências policiais, a sua obra eu acho fundamental também.

Na parte de formação, temos muitas obras interessantes. Para prestar homenagem: “A formação policial-militar do século 21: diagnósticos e perspectivas”, do nosso associado Major João Batista da Silva, do Rio Grande do Norte, que é bem interessante e, também, conversa muito próximo com a minha tese.

Nós temos também uma obra que não foi publicada ainda, do Coronel Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto, do Pará: “Sangue nos olhos: sociologia da letalidade policial no estado do Pará”. Fala sobre a questão da violência. É fundamental. Defendeu na UnB em Brasília no ano retrasado, muito boa!

Do Coronel Wilquerson, aquela questão da tomada de decisão para o tiro do policial. E, eu destaco, também, essa obra que a Cláudia mencionou: “Segurança Pública e população em situação de rua”, que é um lado também que a gente não pode deixar de considerar que é o trato e a relação entre as organizações policiais e os grupos vulneráveis. As minorias também merecem ter um olhar e a gente saber o que esses sujeitos e sujeitas de direito pensam a respeito dessa relação que se tem, que demonstra muito da natureza do nosso Estado. Então, quando a polícia age é a demonstração do Estado que nós temos, são questões bem complexas e que também têm uma certa divergência de compreensão, entendimento, mas todas as perspectivas merecem ser lidas para que possamos dar voz à sociedade, sobretudo, quando se trata de violações de Direitos Humanos e até mesmo uma desmistificação. Muita gente é contra, mas a questão de Direito Humanos tem toda uma organização no plano internacional. E, para chegar a virar lei no plano nacional é muito caminho percorrido, muita luta, e tudo mais. E não é questão mesmo de “chororô, mimimi” como muitas pessoas falam. É questão mesmo de adequação ao padrão de reconhecimento. Têm questões que são controversas, mas que refletem, inclusive, no tabuleiro internacional, em como o Brasil é visto lá fora. Quem é responsabilizado, quando se tem uma ofensa a Direitos Humanos, não é o policial militar A, B ou C. Não. É o Estado Brasileiro. Então, você tem as medidas de reprimendas que são impostas ao Estado. Ao policial, vai se reservar à questão administrativa, civil,

criminal, é o que sobra! São questões que a gente tem que se debruçar, compreender e estudar.

E aí, Leal, têm outras obras que me lembro. Mas, eu falei das coletâneas, algumas que estão mais próximas da minha trajetória, da sua, do próprio Instituto. Uma outra que a gente não pode também deixar, em hipótese alguma, é a obra do Coronel Amauri Meireles, que tem um resgate fundamental. O Coronel Amauri Meireles tem uma trajetória fundamental, merece ser lido. É bem interessante o pensamento do Coronel Amauri.

E, pragmaticamente falando, você tem como fonte primeira de leitura as revistas. Não tem nenhuma revista que seja ruim no campo de Segurança Pública, nem que tenha um enviesamento na pesquisa, servem de crítica sobre a questão daquilo que está posto.

A recomendação é que as pessoas assistam as programações que a gente tem do Instituto, agora, do Centro de Pesquisa e realizem leitura das nossas revistas.

Estava me esquecendo, o João Apolinário da Silva tem a obra “Análise Criminal: Teoria e Prática”, também, de excelência. João Apolinário é nosso associado no Instituto Brasileiro, tem um capítulo sobre indicadores em obra publicada pelo Ministério da Justiça, acho que é o volume 5. Nós temos nessa obra dois capítulos fundamentais: um é do Apolinário e o outro é do Coronel Protásio, de Minas. O Coronel Protásio propõe indicadores, inclusive, de abordagem qualitativa.

E tem uma obra também que eu ia me esquecendo, mas, que é dez! E, não é porque é da minha turma não. É a obra do Tenente-Coronel Paulo de Faria Ávila, “Indicadores de desempenho nas ações de polícia preventiva”, onde até construiu/ desenvolveu uma fórmula matemática para se calcular o desempenho. É algo, também, inédito, do ponto de vista de pensamento e construção científica e que eu tenho como livro de cabeceira. Ele trabalha pré indicadores, indicadores qualitativos, de resultado, de eficiência, de eficácia, de efetividade. É uma obra que merece ser lida. Pena que não está no circuito nacional, é uma obra local, produzida aqui no Mato Grosso. Nem sei se ele reeditou [...]. É uma obra de excelência! [..]

RHM: Eu quero lembrar duas obras. Eu conheço Senhor e sei que não seria cabotino o suficiente para citá-lo. Mas, eu preciso citar, em nome da Justiça, duas obras que são

clássicas, na área de segurança pública e que saíram das suas mãos: a primeira delas é nacionalmente conhecida, que o Senhor organizou juntamente com o Coronel Castro, "Inteligência de Segurança Pública", que é um livro que já está em várias edições pela Juruá e outro livro que li recentemente, li primeiro enquanto tese atrás, depois li publicado igualmente pela Juruá que é "Socialização Policial", que é a sua tese de doutorado, creio eu.

E, por fim... e aqui eu queria que o Senhor desse 2 minutinhos para fazer menção disso: pesquisando as publicações do Senhor, enquanto dever de casa para trocar essa ideia, eu descobri que o Senhor está navegando pelos mares da literatura! O Senhor, agora, é um pesquisador de sociologia do romance, crítico literário. Policial, pesquisador de segurança pública, crítico literário! É um caminho sem volta ou o Senhor só foi tomar um respiro para voltar para a segurança pública?

R: Olha, quanto a essa parte final de seu questionamento, o que eu posso te falar é que esse percurso, também, é influência do meu orientador. Quando eu estava fazendo doutorado, no Rio Grande do Sul, acabei participando de uma disciplina em forma de seminário sobre a Sociologia do romance policial. Depois, esse seminário virou uma obra do professor José Vicente Tavares dos Santos que mapeou os romances policiais existentes na história da humanidade. É uma viagem historiográfica, o livro dele é um apanhado muito espetacular. E a história do romance retrata como a polícia é vista ao longo da história, para se ter uma ideia. Ali você tem um retrato fiel, Machado de Assis com alguns contos, os próprios romances nacionais e a questão da polícia/ policial como protagonista ou até mesmo como anti-herói ou herói. Tem toda uma questão que ele resgatou e, por essa influência, pensei: "Quer saber de uma coisa? Vou navegar em outros mares!" Apareceu a oportunidade de um pós-doutorado na Unesp, quando conversava com o Coronel Azor que me falou: "Oh, está tendo vaga aqui no pós doc., vamos tentar?" Eu falei: "Vamos!" Foi eu e ele, entendeu? Eu e o Coronel Azor, além de companheiro e colega de sala de aula é amigo fora.

Com referência ao pós doc. na UNESP, ele (Azor) pesquisou a questão da hermenêutica jurídica, um trabalho de excelência. E, no meu caso, eu pesquisei um romance do Antônio Calado, "Quarup", uma obra emblemática, da década de 60, considerada pela crítica literária como "O romance da década", a história do Padre

Nando. E, nessa perspectiva, eu fiz a pesquisa com uma análise recursiva, inclusive, com a metodologia informacional, através do software NVIVO. Consegui separar quando da leitura e fiz um glossário com algumas palavras de origem ameríndia utilizadas no romance. Foi, por assim dizer, um dever de casa passado pelo Prof. Gentil Faria, meu orientador, meu supervisor de relatório de pós doc. E conseguimos separar 204 palavras ameríndias, de origem das mais diversas, dos mais diversos troncos linguísticos, como o tupi-guarani, Jê, Náhuatl. Tem algumas palavras que... O Antonio Callado usou até o Aimará. Uma obra muito rica do ponto de vista de análise. Eu tive esse cuidado de pinçar palavra por palavra. Meu primeiro trabalho foi transcrever a obra "Quarup" para o formato Word para depois alimentar a base do NVIVO. Eu li várias vezes na edição do Círculo do Livro de 1967 [...] É algo trabalhoso, manual, não se tinha o "Quarup" transcrito em formato Word, tinha até em pdf, mas em formato de fotografia, [...] e dali eu fui pinçando as palavras de origem ameríndia para fazer o glossário. Pesquisei em todos os dicionários disponíveis, dicionários de tupi-guarani, por exemplo, dicionários Aurélio e Michaelis, foram 8 a 9 dicionários linguísticos. Dicionário que me enviaram lá do Paraguai, porque o Paraguai tem sua base linguística no Guarani. Peguei também algumas expressões que não tinham nos dicionários e eu fui buscar em sites regionais como, por exemplo, o Caprichoso e o Garantido, do Amazonas. Alguns sítios na internet apresentam algumas palavras e glossário. Algumas palavras eu tive que buscar lá no Garantido e no Caprichoso para traduzir o contexto. Do trabalho de análise, eu tirei algumas categorias apresentadas por Antônio Callado na obra analisada como, por exemplo, a violência contra a mulher, a questão da reforma agrária, a questão Xinguana. Talvez seja a parte mais emblemática: o Xingu. Você tem uma questão de descobrimento do Brasil Central. E, para quem não sabe, o Antônio Callado era correspondente de vários jornais, inclusive, ele cobriu várias matérias de Mato Grosso. Tem uma outra obra do Callado, "O país que não teve infância", e se você quer voltar no Mato Grosso na década de 70 e 80, você tem que lê-la. São os artigos de opinião do Callado sobre o Mato Grosso. Ele vinha para cá direto. Tem vários artigos que retratam Mato Grosso. Então, não tem porque eu não pesquisar aquilo que retratava a minha terra. Eu peguei as temáticas, a questão da religião, muito emblemática, questão do celibato, de casamento, de uso de drogas.

Quarup é uma obra muito rica, você tem nela três topos, que passa primeiro no Agreste Pernambucano, depois você tem uma topografia no RJ, depois vem para o Xingu, volta para o RJ e termina em Pernambuco. O retrato da paisagem é descrito de uma maneira muito brilhante. Callado era um exímio escritor. Você tem ali algo fenomenal, magnífico. Ele, particularmente, não gostava do “Quarup”, ele achava que a grande obra dele era “Reflexos do Baile”. Ele falava: “Olha, eu sei que vai ser a obra reconhecida, mas para mim a principal obra é ‘Reflexos do Baile’, que é uma continuidade da linha que ele vinha seguindo em “Quarup”.

Então, foi uma experiência que eu tive na literatura. Pretendo continuar, até porque, por conta dessa pesquisa, eu já fui convidado agora para apresentar na Pré-ALAS, Associação Latino-Americana de Sociologia, estou indo apresentar, agora, em Abril, por conta desse relatório do pós doc. Também, recebi um convite para os Seminários da Unesp e para publicar em duas revistas, me pediram para tentar reduzir esse relatório para publicá-lo. O estágio deu muito trabalho, mas está dando frutos e eu pretendo continuar, na medida do possível. Acho que, primeiro, ver a questão das Ciências Policiais e, depois, nas horas vagas, dar uma viajada na questão da Sociologia do Romance.

Mais uma vez, voltando às obras, não posso me esquecer da obra organizada pelo Coronel Hiroshi, ele tem uma coletânea que também é obrigatória, sobre inteligência de Segurança Pública, inclusive, ele organizou uma sobre a área de fronteira do Mato Grosso [...]. E, se eu não estiver enganado, o Sargento Renato Pires, que também é nosso associado, de Minas Gerais é parceiro do Coronel Hélio Ramada Hiroshi na coordenação da obra. A obra deles deve ser lida. Era isso que eu tinha que lembrar, estava até passando batido.

Não dá para citar uma obra, escolher uma obra fundamental sobre segurança pública é difícil por que você lê e têm umas mais interessantes que outras, o próprio Sapori tem uma sobre gestão de segurança pública, bem como o meu orientador, José Vicente Tavares dos Santos, que tem uma sobre conflitualidades: “Violência e conflitualidades” que metade dela é sobre segurança pública. São obras que não dá para falar: “Ah, não vou ler!” Tem que lê-las, pois são fenomenais. Se eu fosse

elencar, eu passaria o resto da noite lembrando de obras que a gente deveria ter lido. Eu penso que ainda tem tempo para quem está começando.

Quem está começando agora, tem tempo! A diferença que tem entre a gente é só o tempo que dispensamos para ler, mas, tendo essa disposição, quando chegar em idade mais avançada, vai estar com mesmo tempo de leitura dos veteranos e tranquilo... O que a gente faz é acumular leituras para ajudar a questão da construção do conhecimento no CAO, no CSP, nos cursos em andamento nas polícias. E eu, agora, no curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga e no mestrado em Sociologia da UFMT. Inclusive tenho me colocado à disposição para orientar policiais. Eu falo policiais, mas já orientei agentes da polícia civil, delegados, delegadas, oficiais da polícia, juízes, advogados, servidores públicos. Tenho orientado e debatido sempre numa linha que prima pela dimensão do *Ethos*, numa construção do *Logos* e que atenda a uma estética associada a um *Pathos*, buscando a consolidação dessas três dimensões, de um padrão de excelência. Inclusive, agora, recentemente, defendeu a dissertação de mestrado a Doutora Alana, que é delegada de polícia, pesquisou Comando Vermelho, o salve do Comando Vermelho na periferia de Cuiabá. Veio para fazer parte da banca o professor Daniel Hirata, que é um grande especialista da Universidade Federal Fluminense, grande especialista em Comando Vermelho. Ele elogiou muito o trabalho da Alana. É um trabalho bem agradável, interessante, leitura leve, mas que ainda não foi publicado. Eu estou esperando publicar para ver como que ficou a versão impressa.

E está comigo, em orientação, o Major Vitor Hugo que vai pesquisar, continuar a questão da vitimização policial no Estado de Mato Grosso, com enfoque teórico na “Sociologia do Risco”, de Ulrich Beck, e a questão da escolha racional. São dois referenciais teóricos que merecem ser mais estudados debatidos e ele vai procurar conciliar. O Victor Hugo é bem dedicado e está pesquisando na área policial.

Também, está ingressando agora no mestrado, o Tenente Thiago Ribeiro Melo, que vai pesquisar a questão das simbologias da farda, das insígnias e como que isso impacta na atuação e na distinção entre as unidades policiais militares, enquanto distinção e até reconhecimento, porque algumas unidades, inclusive, não são vistas pela sociedade como não integrantes da Polícia Militar, e o Tenente Randhale que eu oriento sobre a questão do racismo. (...).

RHM: Coronel, quero agradecer, do fundo da alma a oportunidade que todos tivemos de ouvi-lo nessas mais de duas horas de rica explanação, com conteúdo para a gente explorar. E muitas e muitas outras conversas! O que a gente fez aqui foram fogos de artifícios que iluminam outros contextos e, por sua vez, iluminam outros contextos, para que as pessoas que nos alcancem na visualização desse vídeo, dessa conversa, que a pesquisa ela fundamenta a própria instituição, por que a instituição nada mais é do que a reflexão de homens e mulheres.

Então, pensar com o Senhor é a pensar a história do ensino, senão na história para ser exagerado, ao menos nos últimos 30 anos, na PMMT. O que a gente fez hoje aqui não foi um exercício de pensamento acerca da contribuição do homem, mas de um o homem que fez história na Polícia Militar de Mato Grosso lutando por seu reconhecimento, obteve não mais ou não menos que o conhecimento, mas sua inscrição no panteon daqueles que serão lembrados a despeito de reconhecimento institucional. Eu tenho certeza disso, que existe uma história oficial e existe uma história que é a verdadeira história e essa, o Senhor está escrito nela, sem sombras de dúvidas.

Muito obrigado pelo Senhor estar aqui conosco. Faço voto de que sempre esteja colaborando com a instituição, que só temos a ganhar. E, dizer que o Centro de Pesquisa não está de portas abertas, o Centro de Pesquisa é a vossa extensão! O Senhor se sinta absolutamente livre para conosco em qualquer circunstância, a despeito de qualquer eventualidade, por que sua colaboração permite esse tipo de “à vontade”, como o Senhor tem em nossa instituição!

Coronel Rondon, forte abraço, fique com Deus e até a próxima comandante.

RHM: Obrigado Coronel!